

## SEMINÁRIO DE PESQUISA 19 - PAZ, DEMOCRACIA Y JUSTICIA DE TRANSICIÓN

Coordenação: Pietro de Jesus Lora Alarcón (PUC/SP. Comitê Permanente por la Defensa de los Derechos Humanos - Colombia), Pedro de Abreu Dallari (USP. Presidente Comissão da Verdade-Brasil) e Rafael Villa (USP-, Coordenador do Núcleo de Relações Internacionais - NUPRI)

Resumo: O Seminário tem como objetivo geral examinar as experiências de justiça de transição no marco dos acordos de paz e regeneração democrática no Brasil e na Colômbia. Procura-se um exame crítico da realidade, com fundamento na recuperação da memória, da verdade, da justiça e da reparação, como direitos fundamentais.

Subtemas:

- O que é justiça de transição e quais os modelos de transição atualmente em curso?
- Qual o papel que cumprem as comissões da verdade nos processos de transição?
- qual o conteúdo do direito à memória e à verdade no contexto transicional?
- É possível determinar que sem justiça de transição não haverá condições de superação do passado de violações sistemáticas dos direitos humanos?
- Quais as perspectivas do processo da sociedade colombiana?
- Quais os fatores positivos que a Comissão da Verdade deixa como legado à sociedade brasileira?

O lugar das crianças nas negociações de paz na Colômbia: um novo modelo de justiça de transição?

Patrícia Nabuco Martuscelli

Doutoranda em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP)

patnabuco@gmail.com

Resumo: As conversas de paz entre o governo da Colômbia e as Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo (FARC-EP) despertaram várias discussões sobre como será o momento pós-acordo, principalmente considerando o papel do Tribunal

Penal Internacional (TPI) de punir aqueles que cometerem crimes de guerra, de genocídio e contra a humanidade, dentre eles o recrutamento e uso de crianças menores de 15 anos em conflitos armados. Nesse sentido, foi firmado um acordo especial em que as FARC-EP se comprometem a liberar todas as crianças de suas filas. Assim, esse artigo pretende discutir qual o lugar das crianças em negociações de paz, principalmente quando ocorre o uso de crianças soldado e como isso impacta no modelo de justiça de transição em curso na Colômbia. O método de estudo de caso se justifica por ser a Colômbia o único país da América Latina que vive um conflito armado há mais de 50 anos e por estar passando por um processo único de negociação da paz, pós-criação do TPI. Dessa forma, as negociações podem contribuir para a construção da paz e de uma justiça de transição do ponto de vista latino-americano, considerando principalmente o papel das futuras gerações e das crianças envolvidas direta e indiretamente no conflito armado interno. Os resultados esperados são visibilizar o fenômeno do uso de crianças soldado na Colômbia e a importância de acordos que destaquem essa situação para a construção da paz e de uma justiça de transição, considerando uma perspectiva latino-americana.

Palavras-chave: Colômbia; negociações de paz; crianças soldado.

Uma ontologia do tempo presente nos fundamentos da justiça de transição e dos trabalhos das comissões da verdade

Ana Nemi

Professor Associado I

História Contemporânea (EFLCJ/Unifesp)

Coordenadora da Comissão da Verdade Marcos Lindenberg da Unifesp

ana.nemi@unifesp.br

Resumo: Os debates sobre justiça de transição, seus conteúdos, limitações e possibilidades, têm sido marcados pela proposição de ações que estabeleçam pontes entre experiências de ditadura e de construção de democracias. Historiadores, no mais das vezes, são convidados a participar do debate construindo narrativas documentadas sobre os aparatos repressivos, recolhendo depoimentos de responsáveis por violações de direitos humanos e por vítimas dessas violações, e também refletindo criticamente sobre os aparatos sobreviventes e suas reconfigurações em contextos democráticos. Esta proposta de comunicação, no entanto, valendo-se dos trabalhos da Comissão da Verdade Marcos Lindenberg da Unifesp e da missão de pesquisa desta mesma Comissão à Argentina para o estabelecimento de parcerias e recolha

de documentação e experiências, pretende discutir, do ponto de vista teórico, o papel das comissões da verdade no âmbito dos processos de justiça de transição em relação ao campo historiográfico denominado de História do Tempo Presente. Trata-se, desta forma, de uma proposta de discussão que articula o debate sobre justiça de transição e comissões da verdade com a escrita da História do Tempo Presente. Objetivos: Discutir justiça de transição e escrita da História no âmbito de comissões da verdade com base no tema da ontologia do tempo presente sugerida por Reinhart Koselleck e Michel de Foucault Metodologia: A partir dos referenciais teóricos oferecidos pelo campo de pesquisa denominado História do Tempo Presente, espera-se complexificar o debate sobre os conteúdos da chamada justiça de transição considerando-se a modernidade como um ethos que sugere um diálogo constante entre o tempo vivido e as temporalidades cujos rastros ainda cobram lugar no tempo presente. Neste sentido, utilizando a metodologia de escrita da História do Tempo Presente sugerida por Reinhart de Koselleck, no que diz respeito às interposições e relações entre passado, presente e futuro, e de Michel Foucault, no que diz respeito à construção de uma ontologia do tempo presente, serão articulados os conceitos de memória, história e verdade na experiência de comissões da verdade em processos de justiça de transição e de retomada da democracia. Resultados esperados: Aprofundar o entendimento sobre as ferramentas que o historiador utiliza para a escrita da História do Tempo Presente colocando-as em diálogo e tensão com outras temporalidades. Apontar tais ferramentas como fundamentais para o estudo crítico dos processos de justiça de transição e, dentro deles, dos trabalhos das comissões da verdade. Palavras-chave: Justiça de transição, Comissão da Verdade, Tempo presente

Blindando o processo de paz? O alcance dos mecanismos jurídicos internacionais na  
organização do pós-conflito colombiano

Daniel Campos de Carvalho

Prof. Adjunto da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

dccarva@uol.com.br

Resumo: A progressiva aproximação do crepúsculo do processo de paz colombiano traz uma série de questionamentos acerca da viabilidade de materialização de seus propósitos. Assim, o debate público da Colômbia passou recentemente a considerar como temas centrais de reflexão tanto a arquitetura formal quanto a natureza jurídica dos acordos decorrentes das negociações de Havana. Com vistas a maximizar a eficácia, garantir a irreversibilidade e fomentar a estabilidade das condições pactuadas em Cuba, os representantes do governo

colombiano e das FARC vêm considerando finalizar a bom termo o processo de paz por meio de um amplo estratagema institucional que engendre o direito interno colombiano e o direito internacional. O presente *paper* tem como objetivo explorar os desafios inerentes a esta tentativa de assegurar os resultados das negociações. Assim, pretende-se: i) traçar o rol de ferramentas jurídicas passíveis de serem utilizadas no diálogo entre direito interno e direito internacional para a concretização do acordo de paz e ii) especular sobre as chances de sucesso das possibilidades existentes. Para tanto é necessário ter em perspectiva o alcance do papel da Organização das Nações Unidas em situações com algum grau de semelhança, a jurisprudência da corte constitucional colombiana acerca da recepção do direito internacional e os limites de aplicação do direito humanitário. Do mesmo modo, torna-se incontável a discussão acerca da possibilidade do reconhecimento do status jurídico das FARC como sujeito anômalo de direito internacional e as eventuais consequências políticas correlatas. Portanto, de forma mais ampla, os resultados deste trabalho contribuem para a compreensão das vicissitudes na organização do pós-conflito colombiano, especialmente no tocante à concreta verificação do direito à memória e à verdade.

Palavras-Chave: Direito Internacional; Processo de Paz; Colômbia.

### La voz de las víctimas en el proceso de paz colombiano

Lorena Cecilia Vega Dueñas

Licenciada en Derecho, Máster en Estudios Latinoamericanos y Doctora en Derecho por la  
Universidad de Salamanca (España)

lorevega@usal.es

Resumen: El proceso de paz entre el Gobierno colombiano y las FARC, desarrollado desde el año 2012 hasta la actualidad, es de gran importancia, entre otras muchas razones, porque pondría fin a un conflicto armado que ha azotado al país durante más de cincuenta años, y que ha dejado a su paso millones de víctimas, ciudades destruidas y una huella imborrable en la piel de la sociedad colombiana. El único modo de construir una paz duradera, verdadera y ética es que el proceso de paz y el postconflicto en Colombia tengan como centro principal a las víctimas de los delitos. Velar por el cumplimiento de los derechos de las víctimas es una manera de ver memoria donde por tantos años ha existido olvido. En este contexto, este trabajo pretende estudiar el papel que han desempeñado las víctimas en el proceso de paz colombiano, teniendo en cuenta una perspectiva de género. A lo largo del trabajo se dará respuesta, entre otras, a las siguientes preguntas: ¿cuál fue el modo de participación de las

víctimas en el proceso de paz?, ¿cuáles fueron los aciertos y los errores de los foros de víctimas desarrollados en Colombia?, ¿cuáles fueron las principales peticiones de las víctimas?, ¿quiénes fueron las víctimas elegidas para estar presentes en La Habana?, ¿cuáles son las particularidades de la participación y las peticiones de las víctimas mujeres? Es imprescindible que los escenarios de conflicto-postconflicto tengan a las víctimas como centro y como prioridad. Colombia tiene una deuda con las víctimas, pero también, Colombia tiene una deuda con las mujeres. Se debe empoderar a las mujeres en la sociedad, en la economía y en la política para que, entre otras cosas, no vuelvan a ser víctimas.

Palabras clave: Víctimas, Colombia, Proceso de paz

### La paz como ideología en Colombia: una analítica desde Lacan y Žizek

Oscar Orlando Simmonds Pachón

Magister en Política Social

Profesor, Facultad de Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales de la Pontificia

Universidad Javeriana, Colombia

[osimmonds@javeriana.edu.co](mailto:osimmonds@javeriana.edu.co)

Resumen: Buena parte del desarrollo analítico que Slavoj Žižek realiza del problema de la ideología se encuentra sustentado en la tesis lacaniana del vacío constitutivo del sujeto. Así, para el esloveno, la ideología cumple un papel fundamental a la hora de llenar este “vacío”, en tanto se despliega como una fantasía que “estructura nuestra propia realidad social” hasta el grado de funcionar como un conjunto de representaciones subjetivas que percibimos como capaces de llenar ese vacío. Teniendo esto presente, se propone presentar, desde los planteamientos de Lacan y Žižek, una aproximación crítica a la ontología del concepto de paz construido desde las élites en Colombia. Entendiendo que este requiere de ajustes fundamentales para que funcione como un elemento que articule a la soberanía popular con el Estado de Derecho en el país.

Palabras clave: ideología, paz, soberanía popular

### The Dragon in the Backyard. Latin American Perceptions Regarding China as an American Competitor in the Region

Fernando Mouron

Research fellow at the Center for Advanced Studies in International Negotiations and PhD candidate at the University of São Paulo-King's College London joint degree program.

Address: Strand - London WC2R 2LS. Telephone: +44 02078365454.

fernandomouron@usp.br; fernando.mouron@kcl.ac.uk

Francisco Urdinez

Research fellow at the Center for Advanced Studies in International Negotiations and PhD candidate at the University of São Paulo-King's College London joint degree program.

Address: Strand - London WC2R 2LS. Telephone: +44 02078365454. urdinez@usp.br;

francisco.urdinez@kcl.ac.uk .

Latin America provides a unique scenario for understanding the political dimension of Chinese growth as a global power capable of challenging US hegemony. Firstly, for being the backbone of American hemispheric hegemony, and secondly due to the former's economic statecraft in the region. To date, however, there is no existing research on how do Latin Americans perceive this phenomenon in light of a US-China rivalry, and even more, how this perception affects their overall evaluation of Chinese engagement with their countries. In this study, we use survey data from *The Americas and the World Project* applied in 2015 for six Latin American countries, totalling 6043 observations, to put to test two hypotheses: (1) the appraisal a person will do of China's relations with its home country will be more positive if China is perceived as being an alternative to counterbalancing US's influence; and (2) the former effect will be mitigated if the person has a negative opinion about the Chinese diaspora living in his/her home country. The findings confirm our first hypothesis for the six countries, but the second one holds only for two of them. These results have important policy and theoretical implications for Latin American International Relations studies that are further explored.

Outras histórias ou a mesma verdade: violência e justiça de transição

Rosembert Ariza Santamaria

Professor do Departamento de Sociologia - UNAL

arosembert@gmail.com

Gabriela Barretto de Sá

Doutoranda em Direito - PPGD/UnB

**Resumo:** A partir das teorias sobre a sociologia do conflito e da violência, a presente proposta de comunicação busca discutir o tema da paz, democracia e justiça de transição na América Latina e, em especial, problematizar o subtema relacionado ao conteúdo do direito à memória e à verdade no contexto transicional. O objetivo principal consiste em investigar até que ponto as representações midiáticas (em especial, séries televisivas) sobre a violência cumprem o papel de reforçar e colaborar os imaginários sobre a violência e, em qual medida, terminam por criar versões históricas e memórias coletivas distorcidas sobre os processos de transição no Brasil e na Colômbia. Nesta esteira, busca-se evidenciar como a análise social de expressões e representações da violência que se encontram albergadas no seio da sociedade civil se constituem como limite e desafio das comissões da verdade nos dois países em análise; para além do protagonismo do Estado e dos agentes pára-estatais no caso do conflito armado na Colômbia, bem como através do estudo de ações de repressão não protagonizadas pelo governo militar durante a ditadura brasileira.

**Palavras-chave:** Direito à memória; Versões históricas; Violência.